



**EMENDA Nº – CM**  
(à MPV nº 713, de 2016)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 713, de 1º de março de 2016, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. \_\_. As centrais petroquímicas sujeitas ao pagamento da CIDE, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), poderão descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado como insumo produtivo.

§ 1º. O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação das seguintes alíquotas específicas sobre a aquisição do etanol:

I – R\$21,36 (vinte e um reais e trinta e seis centavos) por metro cúbico adquirido, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep;

II – R\$98,64 (noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos) por metro cúbico adquirido, em relação à Cofins;

III – R\$100,00 (cem reais) por metro cúbico adquirido, em relação à CIDE.

§ 2º O crédito presumido e não aproveitado, em determinado período de apuração, poderá ser aproveitado nos períodos subsequentes e objeto de, alternativamente:

I – compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria;

II – pedido de ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 3º O crédito presumido de que trata este artigo não se sujeita à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a majorar e a reduzir as alíquotas específicas do crédito presumido, com parâmetro nos mesmos percentuais de majoração ou redução da tributação sobre a gasolina.”





## **Justificativa**

A presente emenda visa garantir que não haja descontinuidade da implementação e desenvolvimento das iniciativas e investimentos da Química Verde no Brasil, tendo em vista a falta de competitividade de preço da matéria-prima renovável.

O retorno da CIDE na gasolina agravará ainda mais a situação da química verde, ao impactar diretamente nos preços do etanol, já que não se espera um aumento expressivo da oferta de etanol para fins industriais e o seu preço tem se mantido em torno de 70% do preço da gasolina.

O Decreto Federal nº 8.935/2015 reinstituíu a CIDE nas operações com gasolina em R\$ 100/m<sup>3</sup>. Além disso, aumentou a tributação do PIS/PASEP e da Cofins, em R\$ 120/m<sup>3</sup>. Esse aumento repercutiu diretamente no preço da gasolina e, por via reflexa, no preço do etanol comprado pelas indústrias da química verde.

Tendo em vista a particularidade setorial da química verde que utiliza matérias-primas renováveis e a sua importância estratégica para economia brasileira, a presente emenda visa introduzir medida neutralizadora a esse novo custo tributário atribuído às Centrais Petroquímicas inseridas no âmbito da química verde.

Sala da Comissão,

**Senador ROMERO JUCÁ**

